



Vol. 9, Nº 21 (diciembre / dezembro 2016)

ANÁLISE DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO DISTRITO DE ALTER DO CHÃO – PARÁ

Rafael Arantes Maciel De Sousa¹

Prof. Dr. Maria Angela De Abreu Cabianca Marques²

Universidade Anhembi Morumbi

raf.arantes@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Rafael Arantes Maciel De Sousa y Maria Angela De Abreu Cabianca Marques (2016): “Análise da atividade turística no distrito de Alter do Chão – Pará”, Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 21 (diciembre 2016). En línea: <http://www.eumed.net/rev/turydes/21/alter.html>

RESUMO

Este estudo se propõe a desenvolver um levantamento das principais características do turismo que se manifesta no distrito de Alter do Chão (Município de Santarém-PA, Brasil), para a compreensão da dinâmica da atividade turística e impactos por ela produzidos na região. Localizado na região Norte do Brasil, o distrito faz parte de uma região com belezas naturais variadas, como praias fluviais, lagos e floresta, apresenta um grande potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, além de possuir eventos folclóricos que atraem diversos turistas, como a Festa do Sairé. A partir de pesquisa documental e visitas ao local, foram verificados aspectos da atividade turística que vem se manifestando na localidade que podem contribuir para orientar o desenvolvimento de atividades sustentáveis relacionadas ao turismo em Alter do Chão.

Palavras-chave: Turismo e Meio Ambiente. Turismo e desenvolvimento. Alter do Chão. Impactos do Turismo

RESUMEN

Este trabajo, tiene como objetivo el desarrollo del estudio de las principales características del turismo en el distrito de Alter do Chão (municipio de Santarém-PA, Brasil), para la comprensión de la dinámica del turismo y los efectos que produce en la región. Situado en el norte de Brasil, el distrito es parte de una región con variadas bellezas naturales, como las playas de los ríos, lagos y bosques, tiene un gran potencial para el desarrollo del ecoturismo, además de tener eventos folclóricos que atraen a muchos turistas, como la Fiesta la Sairé. A partir de la investigación bibliográfica y visitas ao sitio, se han comprobado aspectos del turismo que se ha manifestado en la localidade que puede ayudar a guiar el desarrollo de las actividades relacionadas con el turismo sostenible en Alter do Chão.

Palabras clave: Turismo y Medio Ambiente. Turismo y desarrollo. Alter do Chão. Los impactos del turismo

¹ Discente do Curso de Turismo da Universidade Anhembi Morumbi, bolsista do Programa de Iniciação Científica da Universidade Anhembi Morumbi

² Doutora em Saúde Ambiental, Mestre em Ecologia, Bacharel em Ecologia e Geografia.

Docente dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Turismo, Hotelaria e Ciências Biológicas, e colaboradora do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi (e-mail: mangela@anhembimorumbi.edu.br)

ABSTRACT

This study aims to develop a survey of the main characteristics of tourism in the district of Alter do Chão (Municipality of Santarém-PA, Brazil), to understand the dynamics of tourism activity and the impacts it produces in the region. The district is situated in the northern region of Brazil and it is part of a region with varied natural beauties such as river beaches, lakes and forest. It presents great potential for the development of ecotourism, as well as having folklore events that attract various tourists, such as the Festa do Sairé. This research includes a documentary study and visits to the place. The results can help to guide the development of the activities related to the sustainable tourism in Alter do Chão.

Keywords: Tourism and Environment. Tourism and development. Alter do Chão. Impacts of Tourism.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável é uma forma de desenvolvimento que tem feito com que muitos países e empresas procurem desenvolver políticas e estratégias consonantes às atividades que ocasionem um menor impacto ao meio ambiente.

Conforme documento publicado pela World Commission on Environment and Development, intitulado "Our Common Future", também conhecido por Relatório Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável é compreendido como o que "atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Tal proposta implica num maior empenho por parte das instituições em apresentar e desenvolver ações, visando planos de ações que viabilizem o desenvolvimento sustentável, numa preocupação com questões socioambientais que se manifestam no planeta. A viabilização destas ações baseia-se nas discussões da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), de 1992, mais conhecida como ECO92 ou RIO92, onde os 179 países participantes propuseram a Agenda 21 Global, um documento que estabelece a importância de cada país em manter um plano de ação voltado para resolução de problemas ambientais, sociais e econômicos, com vistas na construção de sociedades sustentáveis.

A partir da década de 90, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável passa a ser tratada por diversos setores da economia, incluindo o turismo, buscando sempre inserir as preocupações socioambientais no âmbito das atividades econômicas em questão. Swarbrooke (2000) definiu o turismo sustentável como sendo: "formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades".

Segundo a Organização Mundial do Turismo (UNWTO) é necessário um monitoramento constante dos impactos, buscando medidas preventivas e corretivas para alcançar o turismo sustentável, devendo também inserir o turista, para que este aumente sua consciência para com as questões sustentáveis, não deixando de lado o alto nível de satisfação e experiência significativa na prática do turismo.

É possível constatar em diversos destinos turísticos a ausência de cuidados do turista para o local visitado, sendo frequente observar localidades onde há maior contato com a natureza, a alteração significativa de aspectos naturais importantes para a manutenção dos ecossistemas locais. Não obstante, a capacidade de carga é um importante elemento a ser observado e aplicado para as destinações com esta característica, dado a necessidade de receber o turista sem sejam produzidos impactos ambientais. Conforme Ruschmann (2015), “[...] é a permanente necessidade de controlar o crescimento quantitativo dos fluxos turísticos em todo o mundo, uma vez que os ecossistemas sensíveis ficam irremediavelmente comprometidos quando se ultrapassam os limites de sua capacidade de carga”.

A crescente demanda pelo lazer e pela visitação em áreas naturais é resultante da necessidade verificada na população urbana de retomar o contato com a natureza e restabelecer a interação com os elementos naturais, possibilitando vivências hoje bastante raras em meio à complexidade da vida em cidades (NEIMAN & MENDONÇA, 2005). O turismo de natureza vem, portanto, se intensificando no Brasil e no mundo, apresentando inúmeras possibilidades de atividades e de negócios, ao mesmo tempo em que requer inúmeros cuidados e um rigoroso planejamento para que não venha a representar mais uma atividade responsável pela degradação e comprometimento de ecossistemas e de recursos naturais (RUSCHMANN, 2010; RAIMUNDO, 2011).

Portanto, no contexto da relação econômica, deve-se principalmente ser considerado o impacto da atividade turística frente a um modelo que avalie as esferas ambientais e sociais, como apontado por Swarbrooke (2000): “O turismo sustentável não é apenas proteção ao meio ambiente; ele também está ligado à viabilidade econômica a longo prazo e à justiça social”.

As áreas naturais, dotadas de beleza cênica e atributos naturais pouco comuns na paisagem urbana, consistem num importante atrativo para a visitação e contemplação da natureza (RAIMUNDO, 2011). Desta forma, temos por turismo sustentável a atividade turística realizada em ambientes sustentáveis, que dependem de um plano de desenvolvimento turístico, principalmente em áreas de unidade de conservação, visando a harmonização do ecossistema ao qual fazemos parte.

Os efeitos negativos do turismo, fator comum nestas áreas, reforçam a necessidade de se planejar a atividade e, sobretudo, gerenciá-la de maneira abrangente, tanto sob a esfera pública quanto sob a privada, envolvendo políticas públicas, legislação, fiscalização, quanto a adoção de tecnologias adequadas (KANNI, 2011).

Por fim, Edgell (2007) salienta que a pergunta mais importante é se os governos, entidades do setor privado, comunidades locais sem fins lucrativos e os turistas estão dispostos a aceitar, planejar, participar, fazer lobbies a favor, socialmente, culturalmente e economicamente sensíveis em prol da causa.

Este trabalho se propõe discutir o desenvolvimento de atividades sustentáveis na Vila de Alter do Chão, a partir de uma análise da atividade turística que ali vem se manifestando com maior intensidade nos últimos anos.

2 A VILA DE ALTER DO CHÃO

A Vila de Alter do Chão oferece aos visitantes seus atrativos naturais e elementos que integram o patrimônio cultural material e imaterial da região amazônica, constituindo um importante polo turístico. Gradativamente, tem integrado o roteiro turístico de algumas agências de viagens, principalmente pela projeção obtida pelas festas tradicionais locais, como o Sairé e o Festival Borari, e por suas praias fluviais de areias brancas.

Localizada cerca de 30 quilômetros de distância da cidade de Santarém, no Estado do Pará, e banhada pelo Rio Tapajós, encontra-se Alter do Chão (figura 1).

FIGURA 1 - Localização do Distrito de Alter do Chão.



Fonte: Google Maps, 2016.

Conforme a documentação “Destinos Referência em Ecoturismo” do Ministério do Turismo (2010), Alter do Chão tem como principais atrações o ecoturismo, o turismo cultural e de aventura, além do artesanato, gastronomia e folclore característico da região amazônica.

Há dois períodos distintos em que se pode visitar o local, sendo um que ocorre entre os meses de dezembro a junho, quando há maior incidência de chuvas com conseqüente cheia do rio, e o período de julho a novembro quando há a vazante do rio e as praias reaparecem. Este segundo período é o de maior incidência de turistas no local, devido ao surgimento das praias e da festa do Sairé.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DO LOCAL

Em meados do século XVII a Vila de Alter do Chão foi um dos mais antigos centros de povoação indígena à margem do rio Tapajós. Neste local existia a aldeia dos índios Boraris com aproximadamente uma população de 235 indígenas, que foram inseridos à Missão dos Tapajós pelos missionários jesuítas aos demais indígenas que compunham um total de 793 índios. Até o início do século XVIII dois jesuítas trabalharam como missionários no local, sendo um deles o Padre Manuel dos Santos, que em 1738 fundou a Missão de Nossa Senhora da Purificação na aldeia Borari e construiu uma pequena igreja ficando sob sua administração até 1759, ano de sua expulsão. (CANTO, 2014)

Um ano antes, em 1758, por ordem do Rei de Portugal Don José I, de consolidar o domínio da coroa portuguesa sobre a região norte do país e demarcar as fronteiras no norte do Brasil, o então Governador da Amazônia, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, cumprindo a lei de 06 de junho de 1755, eleva as missões à categoria de vilas, sendo diversas delas na bacia hidrográfica amazônica sendo homenageadas com o nome de cidades homônimas portuguesas, como é o caso da Vila de Alter do Chão. (FERREIRA, 2008)

Segundo descrição do naturalista Joao Barbosa Rodrigues, em sua expedição científica ao Rio Tapajós entre os anos de 1872 e 1875, relata das belezas do lugar em sua visita à Alter do Chão, porém não deixa de apontar a situação de decadência e miséria pela qual o povo passava. Habitam ali 593 indivíduos, composto em sua maioria por indígenas que viviam basicamente da pesca na região e plantio da mandioca.

Conforme Canto (2014), devido à mão de obra escrava e principalmente à revolta popular da Cabanagem, houve uma redução considerável da população, ficando apenas no local algumas crianças, mulheres, idosas e poucos homens. Os portugueses que ali viviam, começaram no final do século XIX a fazer a construção da atual Igreja de Nossa Senhora da Saúde, em homenagem à sua padroeira e que foi inaugurada em janeiro de 1906. Construída em estilo barroco colonial português, mantém até os dias atuais sua arquitetura original, sendo em 2009 reconhecida como patrimônio histórico de Santarém.

Com a catequização dos índios, a religião católica começou a ser introduzida na Vila e passou a fazer parte das manifestações culturais deste povo, o que é percebido através da festividade do Sairé, que hoje é um evento religioso e profano, mas que antigamente era um costume indígena de celebração, festa e danças.

Conforme Ferreira (2008), em 1980 tem início um novo ciclo econômico na comunidade - a exploração turística. Como os seringais haviam se exaurido e o com um crescimento populacional acentuado na comunidade, a localidade estava ganhando ares de balneário turístico da região. Começaram os investimentos na realização dos eventos, principalmente o Sairé, e também um avanço ocupacional de pousadas, hotéis e casas de veraneios.

3.1 FESTA DO SAIRÉ

Conforme estudo de Monteiro e Câmara (2009), o Sairé inclui música e dança, que consiste numa das antigas manifestações culturais da Amazônia.

A palavra *Çairé* origina-se dos dois termos *Çai Erê*, que significa "Salve! Tu o dizes", que era usada pelos índios como forma de saudação. A palavra original era Sairé, mas a comunidade de Alter-do-Chão em Santarém (PA) achou por bem, ou talvez por associarem sua derivação à linguagem indígena, passaram denominar a festa com uma nova escrita: *Çairé*. Entretanto, como se pode constatar não há na língua portuguesa nenhuma palavra que se inicie com "ç" e houve uma nova discussão sobre o assunto e por consenso, voltou-se a chamar a festa por seu nome original. (Monteiro e Câmara, 2009)

A festa do Sairé, segundo os referidos autores, tem origem nas ações evangelizadoras dos jesuítas na região amazônica, sendo apenas uma dança de crianças e idosas com cantigas em língua nheengatu, usada pelos índios como forma de saudação. Com o passar dos anos começou a ser realizada juntamente com a festa de Nossa Senhora da Saúde (padroeira da Vila), sendo naturalmente incorporada à cultura local e tornando-se uma tradição.

Hoje, desvinculada da festa da padroeira da cidade, mas permanecendo com a tradicional celebração religiosa, a Festa do Sairé inicia-se com a procissão de um grande número de pessoas atrás do estandarte, o qual é uma armação feita de madeira ou cipó em semicírculo, com três cruzeiros ao centro e uma acima, adornado com algodão e fitas coloridas e carregado por uma mulher. No primeiro dia de celebração, os personagens da festa vão de barco até o Lago Verde em busca dos mastros que serão ornados com frutas para a derrubada após 5 dias por homens e mulheres, marcando o encerramento da festividade.

Durante o dia é realizado um ritual religioso com rezas e ladainhas, e a noite acontece a disputa dos botos Tucuxi e Cor de Rosa, apresentação que representa o lado folclórico do evento, introduzida a partir de 1997. Desta forma, a festa foi adquirindo o formato de uma comemoração que une o sagrado e o profano. Esta manifestação cultural envolve duas agremiações que tem o papel de representar cada boto, procurando colocar em suas músicas, nos adornos de roupas dos integrantes e nas alegorias, elementos que representem a lenda do boto e o folclore amazônico, principalmente o carimbó.

O carimbó que em 2014, tornou-se patrimônio cultural imaterial do Brasil. Conforme registros do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o carimbó é o resultado de influências culturais de negros, índios e portugueses, que ao longo dos anos caracterizaram o encontro de sons, ritmos e passos de dança.

4 ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO

A pressão exercida pela expansão urbana local, com ocupações irregulares em diversas partes do distrito, especulação imobiliária, queimadas e outras atividades predatórias, propiciou a criação da Área de Proteção Ambiental – APA Alter do Chão, onde se encontra a Vila de Alter do Chão, com abrangência de 16.180,00 hectares, através do Decreto-Lei Municipal 17.771/2003, de 20 de julho de 2003 (BRASIL, 2003).

4.1 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DE ALTER DO CHÃO

A APA criada tem por objetivos:

I - ordenar a ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações humanas que aí vivem, resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes;

II- fiscalizar a prática de atividades esportivas, culturais científicas e de turismo ecológico, bem como as atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental;

III- dar ênfase às atividades de controle e monitoramento ambiental, de modo a permitir, acompanhar e disciplinar, ao longo do tempo, as interferências no meio ambiente;

IV - fomentar a educação ambiental, a pesquisa científica e a conservação dos- valores culturais, históricos e arqueológicos;

V - proteger a diversidade biológica, os recursos hídricos e o patrimônio natural, assegurando o caráter sustentável da ação antrópica na região, com particular ênfase na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida dos habitantes da APA e entorno.

Por se tratar de um uso com potencial risco de impactos ambientais e sociais irreversíveis, as atividades turísticas desenvolvidas na região devem ser bem avaliadas, planejadas e gerenciadas. São necessários estudos que propiciem subsídios para estas ações e para viabilizar estas atividades de lazer e turismo de modo sustentável.

Como resultado de um processo de mobilização da sociedade, envolvendo setores sociais e moradores de Alter do Chão, foi homologado em abril de 2011 o Plano de Uso da APA Alter do Chão (BRASIL, 2011). Nele encontram-se os princípios norteadores para a conservação

ambiental, desenvolvimento local, participação social e fortalecimento das organizações comunitárias.

No que tange ao setor turístico, o Plano de Uso da APA Alter do Chão prevê que:

Art. 26. O Conselho Gestor da APA deve apoiar programas de orientação, divulgação e incentivo à realização de eventos regionais e à produção artesanal, pesquisa, planejamento e marketing em desenvolvimento integrado com a iniciativa privada, além de prever também a implantação de sistemas de licenciamento gradual de operação do turismo receptivo com a previsão de taxas.

Art. 27. O uso de bens naturais dentro dos limites da APA (praias, lagos, igarapés, igapós, floresta, serras, sítios arqueológicos, savanas) deve ser regulamentado e feito zoneamento participativo, prezando pela sua conservação. Para isso o Conselho Gestor da APA deve estabelecer o limite máximo de visitação diária nestes locais e cobranças de taxas quando necessário.

§ 1º. O Conselho Gestor da APA deve atuar em parceria com as empresas e guias de turismo para buscar recursos de programas federais, estaduais e municipais para a educação ambiental e capacitação de recursos humanos a fim de incentivar o turismo ecológico.

§ 2º. O Conselho Gestor da APA, subsidiado pelo poder público, deverá incentivar a organização de cooperativas e associações de guias, condutores e agências de turismo comunitário, assim como atividades integradas entre as comunidades da APA.

§ 3º. Com relação ao limite máximo de visitação diária, o Conselho Gestor da APA deverá manter um cadastro de veículos de transporte de grande número de pessoas (ônibus, barcos e navios), que queiram visitar a APA. Os mesmos deverão solicitar autorizações e, assumindo o compromisso de respeitar as regras específicas estabelecidas pelo Conselho Gestor em instrumentos específicos (por exemplo, estacionarem e atracarem somente em locais determinados) e tendo o acesso aprovado, deverão pagar as respectivas taxas.

Art. 28. As atividades culturais devem ser incentivadas e integradas à educação ambiental, realizadas em espaços adequados, que não prejudiquem a conservação do meio ambiente, sob anuência do Conselho Gestor da APA.

Art. 29. Fica sob responsabilidade do órgão competente (áreas públicas) ou proprietário (áreas privadas) dos locais visitados pelos turistas, implantar sob supervisão do Conselho Gestor da APA, placas adequadas com informações turísticas e de segurança, aliadas à educação ambiental.

Art. 30. O Conselho Gestor da APA deve promover as articulações necessárias e a formalização de parcerias, inclusive com entidades de ATES (Assistência técnica e extensão social) que atuam no PAE Eixo Forte e iniciativa privada, assegurando que possam ser

realizadas ações para capacitar e cadastrar guias comunitários, bem como demais ações para o desenvolvimento do turismo.

Parágrafo Único. O Conselho Gestor da APA deve buscar parcerias e recursos para inventariar os atrativos turísticos assim como oficializar o calendário das atividades culturais nas comunidades da APA e do entorno.

O acesso à área se dá principalmente por duas vias, terrestre e fluvial. No período de maior movimentação turística (vazante do rio) quando surgem as praias de areias brancas, além de embarcações que aportam trazendo diversos turistas, embarcações estas devidamente autorizadas pela marinha que aportam próximas da vila, há alguns cruzeiros internacionais que trazem turistas para conhecer a região amazônica.

5 RESULTADOS

A partir de visita técnica realizada em setembro de 2015, foram constatadas algumas das características previamente levantadas através da bibliografia, como também foram realizadas algumas análises sobre a dinâmica do turismo na localidade.

Mesmo não dispondo de um inventário da oferta turística, identificou-se que há oferta de hotéis, pousadas e casas para aluguel aos turistas.

A maior concentração de restaurantes, bares e estabelecimentos comerciais se dá próxima à praça central, porém o funcionamento de alguns deles varia conforme a temporada, oferecendo maior capacidade nos finais de semana, quando ocorre uma feira com algumas barracas que vendem doces, artesanato local, roupas, entre outros produtos.

O turismo receptivo é feito por três agências locais de viagens, diversos taxistas e moradores, além de uma linha de ônibus que faz o trajeto de ida e volta até a cidade de Santarém. Caso o morador tenha que se deslocar para outra comunidade o transporte é feito por barco. Estas embarcações, conhecidas como voadeiras, são utilizadas pela associação de barqueiros local, para realizar o transporte dos turistas aos principais atrativos ecoturísticos da região, como a Ilha do Amor, os passeios à Floresta Nacional do Tapajós (FLONA), Ponta do Cururu, trilhas, igarapés e comunidades locais.

Por meio da pesquisa de campo realizada nos dias 21, 24 e 26/09/2015, aplicada a um total de 35 pessoas, sendo destas 26 turistas e 9 moradores, pôde-se obter informações relevantes sobre o perfil das pessoas que visitam a Vila de Alter do Chão, bem como ter uma avaliação por parte destas quanto aos itens de infraestrutura do distrito no tocante ao atendimento da própria população e hospitalidade aos turistas.

As principais regiões emissoras de turistas à localidade são a própria região norte, devido principalmente aos fatores de deslocamento aéreo e fluvial, além da região sudeste,

representando ambas as regiões um total de 77% dos 26 turistas entrevistados. Os turistas da região norte em sua maioria são oriundos da cidade de Manaus, e os da região sudeste representados pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os demais turistas entrevistados são residentes nos seguintes Estados: 3 no Rio Grande do Sul, 1 no Paraná, 1 no Mato Grosso, e 1 turista do exterior, procedente da Áustria.

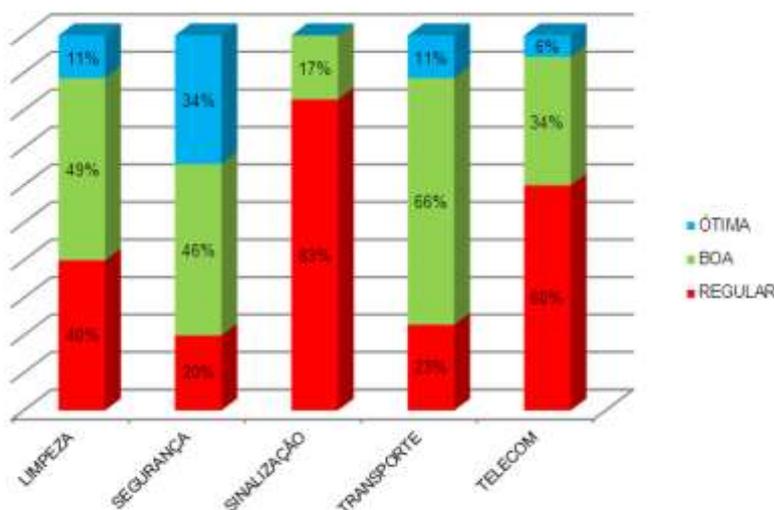
A principal motivação destes turistas em conhecer o destino é o lazer, sendo as praias e a festa do Sairé as principais atividades apontadas. Questionados também como obtiveram o conhecimento sobre a Vila de Alter do Chão, a resposta de 58% deles teve como principal razão o fato de amigos falarem a respeito e incentivarem a visita ao local. Sendo assim, podemos observar que o marketing da localidade ocorre mediante a propaganda feita de forma verbal por outras pessoas, do que propriamente por outros canais de comunicação como internet, televisão, rádio, revistas especializadas ou agências de viagens.

Os entrevistados foram indagados quanto à qualidade da infraestrutura e serviços disponíveis aos moradores e turistas, visto que para uma localidade receber de maneira adequada seus turistas, ela deve ser primeiramente apta em atender as necessidades de seus moradores. Para tanto, solicitamos aos entrevistados que avaliassem os itens de limpeza pública, segurança, sinalização, transporte e telecomunicação. A tabela 1 e gráfico 1 apresentam os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas.

TABELA 1 - Resultados da avaliação sobre a qualidade da infraestrutura e serviços disponíveis, a partir de entrevistas aos moradores e turistas.

INFRAESTRUTURA						
	ÓTIMA		BOA		REGULAR	
LIMPEZA	4	11%	17	49%	14	40%
SEGURANÇA	12	34%	16	46%	7	20%
SINALIZAÇÃO	0	0%	6	17%	29	83%
TRANSPORTE	4	11%	23	66%	8	23%
TELECOM	2	6%	12	34%	21	60%

GRÁFICO 1 - Resultados da avaliação sobre a qualidade da infraestrutura e serviços disponíveis, a partir de entrevistas aos moradores e turistas.



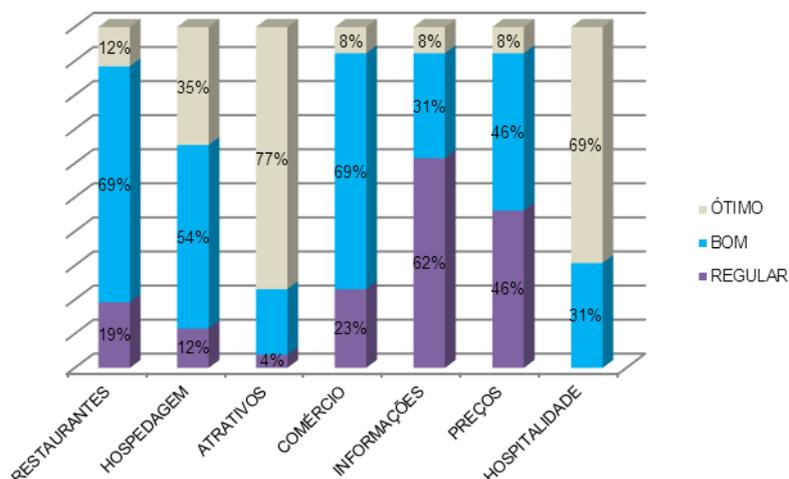
Conforme se verifica na tabela 1 e no gráfico 1, os itens de segurança e transporte foram os mais bem avaliados, enquanto a sinalização (viária e turística) e telecomunicações foram os dois itens que obtiveram maior taxa de insatisfação por parte das pessoas entrevistadas.

Outra avaliação realizada relaciona-se aos serviços turísticos oferecidos pelo distrito de Alter do Chão. Esta avaliação se baseou apenas nas respostas dos turistas, que se manifestaram de maneira objetiva quanto à qualidade destes serviços. Os resultados das entrevistas sobre estes quesitos estão apresentados na tabela 2 e gráfico 2.

TABELA 2 - Resultados da avaliação sobre os serviços turísticos de Alter do Chão, a partir de entrevistas aos turistas.

SERVIÇOS						
	ÓTIMO		BOM		REGULAR	
RESTAURANTES	3	12%	18	69%	5	19%
HOSPEDAGEM	9	35%	14	54%	3	12%
ATRATIVOS	20	77%	5	19%	1	4%
COMÉRCIO	2	8%	18	69%	6	23%
INFORMAÇÕES	2	8%	8	31%	16	62%
PREÇOS	2	8%	12	46%	12	46%
HOSPITALIDADE	18	69%	8	31%	0	0%

GRÁFICO 2 - Resultados da avaliação sobre os serviços turísticos de Alter do Chão, a partir de entrevistas aos turistas.



Conforme é possível observar na tabela 2 e no gráfico 2, obteve-se uma ótima avaliação dos itens atrativos e hospitalidade, mas no quesito informações turísticas há uma avaliação regular de 62% dos entrevistados.

O local foi visitado alguns dias antes do início e durante a festa do Sairé. Nesta oportunidade, puderam ser constatados alguns dos impactos produzidos pela festa, como a grande quantidade de lixo espalhado pela vila e o aumento do fluxo de veículos no local e nas estradas de acesso.

Se tratando de um destino com grande sensibilidade aos impactos inerentes ao meio ambiente em que está inserido, têm-se a urgência de avaliar as necessidades de lazer e visitação, sem que isto ocasione a deterioração dos atrativos turísticos.

Das 35 pessoas entrevistadas, aproximadamente 95% compreendem ser positiva a movimentação turística, sendo este o principal agente da economia local, porém o fluxo turístico não pode comprometer o desenvolvimento coerente da atividade turística com o meio ambiente.

De modo geral os turistas avaliam satisfatoriamente a infraestrutura e serviços turísticos disponíveis, ainda que em períodos de maior visitação possa haver um desajuste em alguns dos itens avaliados, porém dotado de capacidade ecoturística acentuada, têm-se no turismo sustentável a possibilidade de crescimento da movimentação turística elevando positivamente a experiência dos visitantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alter do Chão é classificado pela SEMDETUR (Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo) como o principal atrativo do município de Santarém, porém o que pode ser observado é que o turismo funciona de maneira autônoma, ou seja, não se observa a sua gestão efetiva por parte dos órgãos públicos nesta localidade.

Apesar da legislação referente ao estabelecimento de normas sobre a política municipal do turismo, definindo as atribuições do governo no tocante ao planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, por meio da Lei nº 19.611/14 de 28 de julho de 2014, pôde-se constatar que a localidade carece de uma atenção quanto a aplicabilidade das políticas propostas.

O local possui uma infraestrutura turística básica, composta por alguns hotéis, pousadas e agências de turismo, um CAT (centro de atendimento ao turista), além de associações e pessoas independentes que operam com o turismo receptivo.

A projeção alcançada por esta localidade tem provocado um crescimento da movimentação turística sem um planejamento adequado para a atividade e o local em questão. Faltam informações e sinalizações turísticas, como placas indicativas de locais e infraestrutura turística, além de um mapa turístico. Isto impede que o turista fique completamente satisfeito e tenha uma experiência plenamente satisfatória com a sua visita.

Conforme apontado por Pellegrini Filho (1993), mediante inventário inicial de patrimônio natural realizado nas décadas de 1970 e 1980, o distrito de Alter do Chão na época possuía potencialidade total para atividade turística com características ambientais favoráveis, mas indicando que quase nada de realização racional havia sido efetivada. Hoje após 3 décadas, podemos classificar a localidade na mesma escala utilizada por Pellegrini Filho (op. cit), com potencialidade parcialmente realizada, sendo necessária a melhoria dos equipamentos turísticos existentes para melhor estruturação do destino, sem que haja a agressão ao meio abiótico e biótico da região.

7. BIBLIOGRAFIA

BRASIL (2003) Lei 17.771, de 02 de julho de 2003. Cria a área de proteção ambiental de Alter do Chão, no município de Santarém, Estado do Pará, e dá outras providências.

BRASIL (2011). Decreto Lei 072/2011, de 25 de abril de 2011, criação do Conselho Gestor de Alter do Chão. Plano de Uso da APA Alter do Chão.

CANTO, Pe. S. A. (2014). Alter do Chão e Sairé: Contribuição para a História. Editora e Artesanato Gráfico Tiagão. Santarém/PA

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: NOSSO FUTURO COMUM (1988). Rio de Janeiro: FGV.

EDGEELL, D. L. (2007). Managing sustainable tourism - a legacy for the future. The Haworth Hospitality Press. New York

FERREIRA, E. (2008). O Berço do Çairé. Editora Valer, Manaus.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carimbó. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1052/>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2016.

KANNI, F. (2011). Desenvolvimento turístico e gestão da sustentabilidade – perspectivas de novos processos de certificação. In: TELES, R. M. S. (Org.). Turismo e meio ambiente. Editora Elsevier, Rio de Janeiro. p. 205-216.

MINISTÉRIO DO TURISMO (2010). Destino Referência em Ecoturismo Santarém – PA. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/santarem.pdf . Acesso em 06 de agosto de 2015.

MONTEIRO, R. M. G.; CÂMARA, R. B. (2009). Populações tradicionais da Amazônia: valorização da cultura mazaganense, origem e simbologia da dança do sairé no distrito do Carvão. Macapá: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais, nº 2

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (2010). Turismo e meio ambiente no Brasil. Barueri: Editora Manole, 2010.

PELLEGRINI FILHO, A. (1993) Ecologia, cultura e turismo. Campinas: Editora Papirus.

RAIMUNDO, S. (2011). Paisagem, turismo e análise ambiental. En: TELES, R. M. S. (Org.). Turismo e meio ambiente. Editora Elsevier, Rio de Janeiro. p. 21-44.

RUSCHMANN, D. M. (2010). Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo. (Coleção Ambiental, v.9). Editora Manole, Barueri/SP.

RUSCHMANN, D. M. (2015). Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente. Editora Papirus, Campinas/SP.

SWARBROOKE, J. (2000). Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental, vol. 1. Editora Aleph, São Paulo.

UNWTO – World Tourism Organization. Sustainable Development of Tourism. Disponível em: <<http://sdt.unwto.org/content/about-us-5>>. Acesso em 06 de outubro de 2015.